



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

AUTÓGRAFO Nº 142/2021 PROJETO DE LEI Nº 113/2021

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022, e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Esta lei dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual do município de Araraquara do exercício de 2022, nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Orgânica do Município de Araraquara, estabelecendo as normas e disposições de controle da execução orçamentária, bem como dispõe sobre as alterações na legislação tributária e atende às determinações impostas pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e por portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 2º As diretrizes orçamentárias para elaboração da proposta orçamentária abrangerão o Poder Legislativo, o Poder Executivo e as entidades da Administração Pública Municipal Indireta, observando-se os seguintes eixos estratégicos:

- I – planejamento urbano, ambiental e gestão do território;
- II – desenvolvimento econômico sustentável e solidário;
- III – modernização, democratização, transparência na gestão municipal e controle social; e
- IV – cidade do futuro que é construída no presente.

Art. 3º O Projeto de Lei Orçamentária Anual relativo ao exercício de 2022 deve assegurar os princípios de justiça social, justiça tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, assim considerados:

I – os princípios de justiça social e tributária implicam em assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, combater a exclusão social e gerar oportunidades de trabalho e renda;

II – o princípio de controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento e nas decisões sobre implementação e fiscalização de políticas e serviços públicos; e

III – o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento e à prestação dos serviços públicos.

Art. 4º Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração, execução e fiscalização do orçamento, por meio das Plenárias do Orçamento Participativo, do Conselho Municipal do Orçamento Participativo, dos Conselhos Municipais de políticas



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

públicas e demais formas de participação social, tais como conferências, audiências públicas, ouvidoria, entre outros.

CAPÍTULO II DAS METAS E PRIORIDADES

Art. 5º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2022, a serem especificadas em anexo “Descrição dos Programas Governamentais / Metas / Custos para o exercício” e em anexo “Unidades Executoras e Ações voltadas ao desenvolvimento do Programa Governamental”, excepcionalmente neste exercício serão encaminhadas juntamente com os anexos do Projeto de Lei do Plano Plurianual referente ao interstício de 2022 a 2025.

Parágrafo Único. A exceção de que trata o “caput” deste artigo se faz necessária no primeiro ano de mandato, pois as especificações das prioridades e metas do governo devem ser pautadas em programas previstos no Plano Plurianual, cuja data para envio ao Legislativo é 15 de agosto, nos termos do inciso I do art. 219 da Lei Orgânica do Município de Araraquara.

Art. 6º As metas de resultados fiscais do município para o exercício de 2022 são aquelas apresentadas no Demonstrativo de Metas Fiscais, anexo integrante desta lei, desdobrados em:

- I – Demonstrativo I - Metas anuais;
- II – Demonstrativo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- III – Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV – Demonstrativo IV - Evolução do patrimônio líquido;
- V – Demonstrativo V - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- VI – Demonstrativo VI-A - Avaliação da Situação Financeira do RPPS;
- VII – Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita; e
- VIII – Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º Os demonstrativos de que tratam os incisos I e III do “caput” deste artigo são expressos em valores correntes e constantes; caso ocorram mudanças no cenário macroeconômico do País, seus valores poderão ser alterados mediante decreto do Poder Executivo.

§ 2º As metas fixadas no “caput” deste artigo poderão ser atualizadas na ocasião do envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022, devido ao período de incertezas econômicas em que esta lei é elaborada.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Art. 7º Integra esta lei o anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com indicação das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

CAPÍTULO III

DOS PRAZOS

Art. 8º O Poder Executivo enviará até 30 de setembro o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção e demais providências.

§ 1º A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2022 e a remeterá ao Poder Executivo em até 30 (trinta) dias antes do prazo de que trata o “caput” deste artigo.

§ 2º As entidades da Administração Pública Municipal Indireta enviarão suas propostas orçamentárias parciais para o exercício de 2022 à Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Finanças, baseada nesta lei e no Plano Plurianual referente ao interstício de 2022 a 2025, até o dia 20 de julho de 2021.

Art. 9º Não sendo encaminhado o autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022 até a data de início do exercício de 2022, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, no limite de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Parágrafo único. A limitação de 1/12 (um doze avos) em cada mês a que se refere o “caput” deste artigo não se aplica às despesas de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” do inciso II do § 3º do art. 166 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 10. Para fins de consolidação das contas públicas, o Poder Legislativo e as entidades da Administração Pública Municipal Indireta integrantes do orçamento público deverão encaminhar ao Poder Executivo mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao encerramento do mês, os relatórios demonstrativos das receitas e despesas, além de outros que se fizerem necessários para esse fim.

Parágrafo único. Em caso de não observância ao disposto no “caput”, as prestações de contas aos sistemas de controles externos exercidos pelo Tribunal de Contas do Estado e pelos Ministérios seguirão sem as informações das entidades e o fato será imediatamente comunicado ao Tribunal de Contas do Estado para providências.

CAPÍTULO IV

DA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 11. As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas orçamentárias parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

Art. 12. A proposta orçamentária, que não conterá dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, atenderá a um processo de planejamento



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

permanente, à descentralização e à participação popular; conterà ainda reserva de contingência e compreenderá o orçamento fiscal e da seguridade social referente ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, fundações de direito público, bem como das fundações públicas de direito privado instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades em que o ente, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dele recebam recursos do Tesouro Municipal.

§ 1º A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada observará as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada da estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ressalvadas as despesas consideradas irrelevantes, assim consideradas as que não ultrapassem a 1% (um por cento) da receita corrente líquida.

Art. 13. A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, nos termos do art. 6º da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001 e orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 14. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 15. As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos 12 (doze) meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês.

§ 1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária.

§ 2º As taxas de poder de polícia deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

Art. 16. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo compor-se-á de:

- I – mensagem;
- II – projeto de lei orçamentária anual;
- III – tabelas explicativas a que se refere o inciso III do art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;
- IV – sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- V – sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
- VI – quadro das dotações por órgãos do governo e da administração;
- VII – demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do Ensino;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

VIII – demonstrativo do cumprimento da Emenda à Constituição da República Federativa do Brasil nº 29, de 13 de setembro de 2000; e

IX – demonstrativos discriminando a totalidade das receitas e das despesas dos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Municipal Direta e indireta.

Art. 17. Caso os valores previstos nesta lei se apresentem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, poderão ser reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a executar a compatibilização entre as peças de planejamento – Plano Plurianual do interstício de 2022 a 2025 e Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2022 – caso ocorra o evidenciado no "caput" deste artigo.

Art. 18. A Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022 conterá reserva de contingência do Poder Executivo e demais órgãos da administração indireta, que será equivalente a no máximo 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2022, e será destinada a:

I – cobertura de créditos adicionais; e

II – atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 19. O planejamento orçamentário do Município será elaborado e acompanhado pela Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Finanças, com auxílio do Comitê Municipal de Gestão da Execução Orçamentária e será baseado nas seguintes orientações:

I – promover a efetiva integração entre os Poderes e diferentes esferas de Governo, estimulando a participação de toda a sociedade;

II – investir em projetos que fomentem a melhoria da qualidade da atenção básica de saúde, da educação e de assistência social;

III – potencializar boas opções de cultura, esporte e lazer;

IV – adotar mecanismo para o enfrentamento à desigualdades, promovendo ações de direitos humanos;

V – mapear, elaborar projetos e captar recursos para a melhoria da infraestrutura urbana, construção de habitações de interesse social e gestão de riscos;

VI – incentivar a preservação do meio ambiente, com atenção especial à gestão e destinação final de resíduos sólidos;

VII – captar recursos que visem a implantação de projetos de melhoria e modernização da gestão de políticas de mobilidade urbana e segurança de competência municipal;

VIII – garantir a transparência, por meio da divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira;

IX – ampliar a oferta de serviços e políticas sociais públicas voltadas para a proteção à infância e à juventude;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

X – fortalecer a proteção de grupos socialmente vulneráveis;

XI – potencializar ações de retomada econômica do Município considerando o contexto socioeconômico provocado pela pandemia do COVID-19;

XII – adotar ações de enfrentamento à pandemia;

XIII – ampliar ações para prevenção e mitigação dos impactos frente às questões ambientais; e

XIV – fortalecer a estrutura, a coleta de dados e o gerenciamento dos recursos e ativos para transformação digital e redução de custos.

Parágrafo único. Entende-se por planejamento orçamentário os seguintes instrumentos de planejamento:

I – PPA - Plano Plurianual;

II – LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

III – LOA - Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO V

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 20. Visando ao aperfeiçoamento e à atualização da legislação, o Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I – revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II – revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;

III – revisão das taxas objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;

IV – atualização da Planta Genérica de Valores, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário; e

V – aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

Art. 21. Os projetos de lei de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da que decorra renúncia de receita deverão atender as disposições contidas no art. 14 da Lei Federal Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

REPASSES AO TERCEIRO SETOR

Art. 22. A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas sem fins lucrativos deverá observar:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

I – lei específica que expressamente defina a destinação de recursos às entidades beneficiadas, nos termos do disposto no art. 26 da Lei Federal Complementar nº 101, de 2000;

II – os dispostos, no que couber da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, que institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil; e

III – os dispostos, no que couber do Decreto nº 11.434, de 18 de julho de 2017 e suas alterações, que dispõe sobre as regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil.

CAPÍTULO VII

DA LIMITAÇÃO DAS DESPESAS

Art. 23. Na forma do art. 13 da Lei Federal Complementar nº 101, de 2000, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo estabelecerá as metas bimestrais para a realização das receitas e o cronograma de desembolso mensal.

§ 1º Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados nominal e primário fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos 30 (trinta) dias subsequentes, o Poder Executivo e o Poder Legislativo determinarão a limitação de empenho e movimentação financeira em montantes necessários à preservação dos resultados estabelecidos.

§ 2º Ao determinarem a limitação de empenho e movimentação financeira, os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 3º Não se admitirá a limitação de empenho e movimentação financeira nas despesas vinculadas caso a frustração na arrecadação não esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 4º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, precatórios judiciais e despesas com pessoal e encargos.

§ 5º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada em relação à meta fixada no Anexo de Metas Fiscais, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Federal Complementar nº 101, de 2000.

Art. 24. A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 23 desta lei poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESPESAS COM PESSOAL



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Art. 25. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no § 1º do art. 169 da Constituição da República Federativa do Brasil, somente poderá ser realizado mediante lei específica, desde que obedecidos os limites previstos nos art. 20 c.c. o parágrafo único do art. 22, todos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, cumpridas as exigências previstas nos arts. 16 e 17 do referido diploma legal, ficando autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I – concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras; e

II – admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

§ 2º No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição da República Federativa do Brasil.

CAPITULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Nos termos do § 8º do art. 165 c.c. art. 174 da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como dos arts. 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022 conterà autorização para o Poder Executivo proceder à abertura de créditos suplementares, bem como estabelecerá as condições e os limites a serem observados.

Art. 27. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação, até o limite de 20% (vinte por cento) do orçamento total das despesas.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do programa de gestão, manutenção e serviço ao Município ao novo órgão.

Art. 28. O Município poderá conceder incentivos fiscais ao desenvolvimento de atividades na área social, cultural e de esporte mediante leis específicas.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas de responsabilidade de outras esferas de Governo, desde que firmados os respectivos convênios, termo de acordo, ajuste ou congênere e haja recursos orçamentários disponíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Art. 30. Para a execução dos programas governamentais pelas entidades da Administração Indireta Municipal, o Poder Executivo poderá efetuar repasses através de transferências financeiras concedidas.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022 conterà relatório que demonstre os repasses financeiros a serem executados em 2022, listando os órgãos recebedores e seus respectivos valores.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

“PALACETE VEREADOR CARLOS ALBERTO MANÇO”, 25 de junho de 2021.

ALUISIO BOI

Presidente